

TERRA, A BRIGA PARA SER DONO: CONFLITOS AGRÁRIOS NO SERINGAL NOVA EMPRESA NO ANO DE 1970

LAND, THE STRUGGLE TO OWN: AGRICULTURAL CONFLICTS IN THE NEW COMPANY SERINGAL IN 1970

Adriano da Silva Almeida¹

RESUMO

No início dos anos 70, sob a administração de Wanderley Dantas, o governo do Acre impulsionou uma campanha para atrair empresários do Centro-Sul do país, incentivando o desenvolvimento da pecuária na região amazônica. A partir deste fato, teve início a abertura da frente agropecuária no estado, impulsionada, ainda, pelo baixo preço das terras e pelas perspectivas de sua valorização da construção civil e do asfaltamento de estradas, como a BR-317 e a BR-364. Ocorre que os seringais desativados que se tornaram alvo dessa procura permaneceram ocupados pelos seringueiros – antigos empregados – que, com o abandono da exploração econômica pelo seringalista, sobreviviam como produtores autônomos do extrativismo, combinado com a agricultura de subsistência; do mesmo modo como sobreviviam nos períodos de baixa acentuada do mercado internacional da borracha natural. No novo contexto, a presença de ocupantes vindos do Sul questiona diretamente a nova lógica de apropriação das terras na Amazônia. O emprego da violência, com o apoio da polícia, como regra comum a expulsão dos posseiros, aliado à arrogância dos paulistas, gerou, em um curto intervalo de tempo, um clima de revolta e insatisfação generalizada no campo. Os “seringueiros”, destituídos da propriedade legal da terra, lutaram para manter suas condições de reprodução social, o que implica fundamentalmente, na preservação e na permanência na floresta. Os “fazendeiros”, possuidores da propriedade legal da terra, têm interesse em substituir a floresta pela pecuária extensiva de corte, o que implica a expulsão dos seringueiros, gerando assim vários conflitos entre seringueiros e “paulistas”. Para abordarmos a presente temática utilizaremos como fonte primária o processo n. 1.330/77 da Terceira Vara Criminal do Estado do Acre, ao qual visa uma ação penal (art.121, §2º, IV), contra o Antônio Caetano et al, acusados pelo homicídio de Carlos Sérgio, capataz do seringal Nova Empresa. Como fontes secundárias consultamos reportagens de jornais da época, principalmente O Varadouro, além de artigos que discorrem sobre os conflitos agrários na região.

PALAVRAS-CHAVE: Terra; Seringueiros; Conflito.

ABSTRACT

At the beginning of the 1970s, under the administration of Wanderley Dantas, the state government of Acre promoted a campaign to attract businessmen from the Center-South of the country, encouraging the development of livestock in the Amazon region. From this fact, the

¹ Graduando do curso Licenciatura em História na Universidade Federal do Acre. E-mail: adryanno.465@gmail.com

opening of the agricultural front in the state began, driven, still, by the low price of the land and by the perspectives of its valorization of the civil construction and the paving of roads, as the BR-317 and BR-364. It turns out that the deactivated rubber trees became the target of this search remained occupied by the rubber tappers - former employees - who, with the abandonment of economic exploitation by the rubber tapper, survived as autonomous producers of extraction, combined with subsistence agriculture; just as they survived in periods of sharp decline in the international natural rubber market. In the new context, the presence of occupants from the South directly questions the new logic of land appropriation in the Amazon. The use of violence, with the support of the police, as a common rule for the expulsion of the squatters, coupled with the arrogance of the paulistas, generated in a short period of time a climate of revolt and general dissatisfaction in the countryside. The “rubber tappers”, deprived of the legal ownership of the land, struggled to maintain their conditions of social reproduction, which fundamentally implies, in the preservation and permanence in the forest. The “ranchers”, who have legal land ownership, are interested in replacing the forest with extensive beef cattle, which implies the expulsion of rubber tappers, thus generating several conflicts between rubber tappers and “paulistas”. To address the theme, we will use process no. 1.330 / 77 of the Third Criminal Court of the State of Acre, to which a criminal action (art.121, §2º, IV) is directed against Antônio Caetano et al, accused of the murder of Carlos Sérgio, foreman of the rubber company Nova Empresa. As secondary sources we consult newspaper reports of the time, mainly O Varadouro, in addition to articles that discuss agrarian conflicts in the region.

KEYWORDS: Land, Rubber tappers, Conflict.

1. INTRODUÇÃO

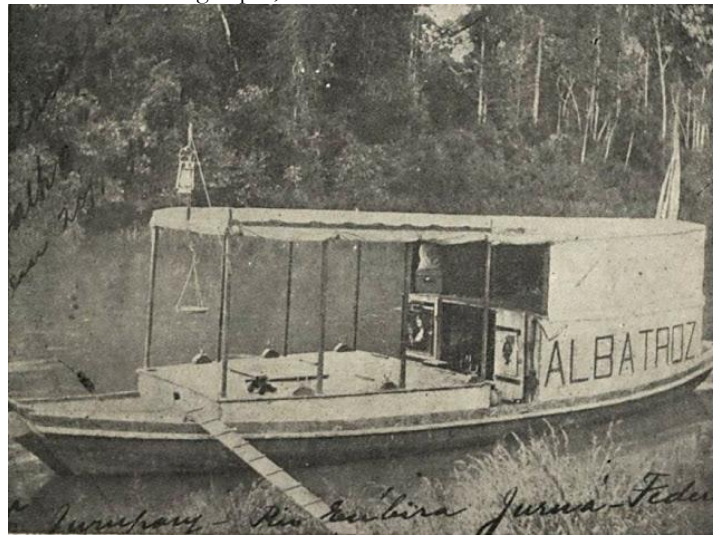
Com a descoberta da vulcanização da borracha, a invenção do pneumático e a fabricação de automóveis em série, a partir de 1890, principalmente, houve um aumento significativo do uso da industrialização da borracha e conseqüentemente, um aumento considerável da sua cotação no mercado internacional. Com isso o aproveitamento industrial nos Estados Unidos e na Europa, fez com que na Amazônia todo o interesse se voltasse à extração da borracha, consagrando-se assim o seringal - baseado nas figuras do seringalista (senhor dos seringais) e do seringueiro - como unidade produtiva fundamental à economia amazonense.

Em 1877 teve início no Acre — à época, antigo território da Bolívia — a chegada de grupos de migrantes, oriundos do Nordeste brasileiro, mais precisamente do Ceará, que colonizaram a região para extrair a borracha, produto da coagulação do látex da seringueira, árvore originária da floresta Amazônica. A formação da fronteira econômica acreana se deu no contexto da expansão da frente pioneira extrativista da borracha do final do século XIX (BINKOSWSKI, 2018). Esta frente propiciou condições para a ocupação econômica e populacional, em terras brasileiras e não brasileiras na Amazônia (OLIVEIRA, 2015) aponta outro fator determinante para a ocupação das terras acreanas: As grandes secas que assolaram a

região Nordeste, dificultando ainda mais a sobrevivência da população. Devido a isso, grandes levadas de nordestinos foram deslocadas para a Amazônia, penetrando territórios reconhecido pelo Brasil como bolivianos, através do tratado de Ayacucho. Este tratado foi assinado pelo Brasil e pela Bolívia em 1867 e estabelecia limites territoriais entre os dois países. Com isso, este território se tornou habitado por migrantes brasileiros, um dos espaços produtivos mais expressivos economicamente na região amazônica. As terras acreanas foram consideradas como uma das principais reservas naturais de látex do mundo. O imigrante seringueiro-trabalhador o qual extraía o látex das árvores nativas, foi fundamental para a formação econômica e sociocultural do espaço amazônico. É na floresta, na colocação que se tem à definição de um “homem amazônico-acreano”, um trabalhador familiar, se reinventando nas condições socioambientais específicas no qual está inserido.

Segundo PAULA (1999) em 1876, sementes de seringa foram colhidas da Amazônia e levadas à Inglaterra por Henry Wickham, que foram tratadas e plantadas na Malásia (colônia inglesa) de modo que essa produção é organizada de forma racional, empregando modernas técnicas, possibilitando um aumento produtivo com custos baixos. A borracha inglesa chegava ao mercado internacional a um preço mais baixo do que a produzida no Acre. A empresa gumífera brasileira não resistiu à concorrência Inglesa e em 1913, a borracha cultivada no Oriente superava a produção na Amazônia, tornando-se o fim do monopólio brasileiro da borracha. Com a crise da borracha, surgiu no Acre uma economia baseada na produção diversificada de produtos agrícolas, tais como: mandioca, arroz, feijão e milho. As normas rígidas do Barracão se tornaram mais flexíveis, pois o seringueiro passou a plantar e a negociar livremente com o regatão. O pequeno comerciante adentrava nos rios e igarapés na sua pequena embarcação carregada de miudezas, oferecendo esses produtos aos moradores dos rincões da região; trocando — mais do que vendendo — produtos industrializados por espécies valiosas da floresta (MARTINS, 2010). A partir da década de 1970, durante a mobilização de seringueiros contra a transformação dos seringais em enormes fazendas para a criação bovina, o regatão aparece com uma nova roupagem, trocando o barco por um caminhão, os rios pelas estradas lamacentas.

Imagem 01: Um Regatão – batelão de 8.000 quilos destinado ao pequeno comércio de cabotagem pelos pequenos rios e igarapés, no Amazonas e seus afluentes.



Fonte: O Malho, RJ, 8 de abril de 1911, Ano X, N.450. (MELO, 2017)

Na década de 1960, o governo militar adotou uma série de medidas, objetivando incentivar e diversificar as atividades econômicas na Amazônia. Algumas destas medidas foram a criação de infraestrutura, incentivos fiscais e financeiros, com objetivo de atrair investidores privados, criou órgãos e redefiniu as funções de órgãos já existentes, para atender aos interesses econômicos na região (BINKOSWSKI, 2018). Esses fatores provocaram a venda, grilagem e/ou a desativação de grande parte dos seringais acreanos.

No início dos anos 70, sob a administração de Wanderley Dantas (1971 a 1975), o governo estadual impulsionou uma campanha para atrair empresários do Centro-Sul do país, estimulando o desenvolvimento da pecuária. O “slogan” divulgado nas propagandas oficiais enfatizava o caráter estratégico do Acre, remontando à possibilidade de exportação da produção nacional por meio de estradas, as quais ligariam o estado ao Oceano Pacífico. A propaganda salientava as boas condições do solo acreano, marcando a sua distinção em relação às regiões Sul e Nordeste. Este cenário de implementação das diretrizes federais é complementado pela crise do setor gumífera, à qual nos referimos anteriormente (DUARTE, 1986).

Imagem 02: O governador do Acre Jorge Kalume, o presidente Castelo Branco e o general Ernesto Geisel no cruzamento das avenidas Getúlio Vargas e Brasil, em Rio Branco, em meados da década de 1960.



Fonte: Melo (2017)

A partir desse momento, teve início a abertura da frente agropecuária no estado, impulsionada, ainda, pelo baixo preço das terras e pela construção e asfaltamento de estradas, como a BR-317 e a BR-364. A lógica empregada no período de “corrida às terras baratas” determina a forma de sua apropriação. Parte dela permanece totalmente improdutiva, como mera reserva de valor; e a outra foi utilizada com a pecuária extensiva, pois, o que pesou como determinante na sua aquisição foi menos os incentivos fiscais, do que o seu baixo preço, que viabilizava a compra de extensas áreas. Ocorre que os seringais desativados que se tornaram alvo dessa procura permaneciam ocupados pelos seringueiros, antigos empregados, que, com o abandono da exploração econômica pelo seringalista, sobreviviam como produtores autônomos, do extrativismo, combinado por vezes com a agricultura de subsistência, do mesmo modo como sobreviviam nos períodos de baixa acentuada do mercado internacional da borracha natural (OLIVEIRA, 2015).

No entanto, a venda de propriedades para a instalação da pecuária não significou o fim dos seringais, visto que nem todos os seringalistas se desfizeram de suas terras. Os velhos seringais, abandonados ou pouco explorados diretamente por seus proprietários, continuavam sendo ocupados por seringueiros, que garantiam, aí, a sua sobrevivência. A implantação da agropecuária exigia que ocorresse a ação de “limpeza da área”, como se dizia na época, o que implicava necessariamente a derrubada da floresta e a expulsão daqueles que a habitavam. Isto não aconteceu de forma pacífica e intensos conflitos foram detonados.

A partir de 1973, com a primeira crise internacional do petróleo e as suas consequências para a economia brasileira, os que permaneceram tiveram um novo alento, expresso na execução

do PROBOR I e suas versões, II e III (BINKOSWSKI, 2018). As diretrizes do Programa de Incentivo à Borracha Vegetal (PROBOR), elaborado pelo Governo Federal e destinado a estimular a produção gumífera, compreendiam de modo geral a elevação do número de colocações de seringa e a implantação de usinas de beneficiamento do látex. Não apenas os seringalistas, mas também os paulistas se favoreceram com os recursos do PROBOR, desviando-os para outras finalidades. Oliveira (2015) estima a expropriação de milhares de famílias no período de 1972 a 1974.

A intermitência entre o abandono e a reativação do seringal ao longo da história, obedecendo às oscilações do mercado, tradicionalmente permitiu a permanência dos seringueiros. No novo contexto, a presença de ocupantes questiona diretamente a nova lógica de apropriação. O emprego da violência, com o apoio da polícia, como regra comum para a expulsão dos posseiros, aliado à arrogância dos paulistas, gerou em um curto intervalo de tempo um clima de revolta e insatisfação generalizada no campo. Os seringueiros, destituídos da propriedade legal da terra, lutam para manter as suas condições de reprodução social, o que implica fundamentalmente, na preservação da floresta e a sua permanência nela. Os “fazendeiros”, possuidores da propriedade legal da terra, tiveram interesse em substituir a floresta pela pecuária extensiva de corte, o que implicou na expulsão dos seringueiros, gerando assim vários conflitos entre seringueiros e paulistas (BINKOSWSKI, 2018).

Imagem 03: Desembarque, em Rio Branco (AC), de gado importado de Minas Gerais, que era transportado em avião. Tirada entre 1946-1948.



Fonte: Machado (2013)

O primeiro tipo de solução encontrado pelos governos locais, para esses conflitos e para a acomodação das levas de seringueiros que resistiam à expulsão das florestas, foi a implantação de

programas de assentamentos rurais, o que cedo se revelou uma solução ineficaz, pois exigiam uma completa mudança nos hábitos dos assentados, que de extrativistas deveriam passar a agricultores. Contudo, deve-se ressaltar que nesses mesmos assentamentos foram instalados migrantes trazidos do Sul do país, atendendo à perspectiva do Governo Federal de amenizar os conflitos de terra em suas regiões de origem. Esses imigrantes, somados aos seringueiros que não abandonaram as terras nas quais foram instalados, passaram a formar uma nova categoria de trabalhadores no campo, denominados localmente de “colonos”, tornando complexa a estrutura social acreana.

O movimento de seringueiros, ao insurgir-se contra os desmatamentos necessários para implantação da pecuária extensiva, nos moldes propugnados pelas políticas oficiais, e necessários também para a especulação imobiliária que surgiu no encalço dessas políticas, que buscava garantir a manutenção das condições da reprodução social e econômica da categoria, evitando a expulsão da terra, que era resultante da “limpeza da área” promovida por pecuaristas e especuladores. A luta contra os desmatamentos, mesmo que inicialmente de forma não intencional, acabou constituindo-se em um apelo forte de preservação ambiental, o que redundou numa aproximação cada vez maior com os movimentos ambientalistas que se fortaleciam em todo o mundo na década de 1970.

O Acre constituiu-se em palco de acirradas lutas, resultantes da determinação dos seringueiros de permanecer na floresta por meio da promoção dos “empates”, nome que deram à forma de resistência e de luta que implementavam com o fito de desmobilizar os desmatamentos. Esses “empates” tornaram-se emblemáticos na defesa da floresta e, na busca de ampliar suas alianças e conseguir um apoio externo para suas reivindicações, os seringueiros acreanos assumiram o discurso ambientalista, trazendo a questão ambiental para o cerne da luta travada no Estado.

Uma situação que demonstra esses conflitos, foi o assassinato do capataz Carlos Sérgio e do seu auxiliar Osvaldo Gondim, ocorrido na colocação Barracão Velho, no seringal Nova Empresa², que atualmente se encontra na AC-090³, que pertencia ao seringalista Neutel Maia, o qual, com o fim da exploração da borracha, resolveu dividir as suas terras em glebas e vendê-las, sendo uma delas adquirida pelo industrialista Arquimedes Barbieri, dono da Indústria de Inseticidas e Óleos Agroeste Ltda., o mesmo adquiriu cerca de 10 mil hectares, deixando Carlos Sérgio como seu preposto no Acre.

² Conhecido, na época e atualmente, como Calafate.

³ Conhecida popularmente como estrada Transacreana, liga Rio Branco a zona rural.

2. CHEIRO DE PÓLVORA NO AR

Dez dias antes da tocaia no Nova Empresa, o jornalista Antônio Marmo, de São Paulo, que passava férias no Acre, resolveu colaborar com o jornal Varadouro. Assim, conduziu uma série de entrevistas, nas quais entre os entrevistados estavam Carlos Sérgio - Secretário da bancada do MDB na Câmara Municipal de Rio Branco. Elias Antunes Aguiar, havia chamado de jagunço⁴, fama que o mesmo adquiriu por todos na cidade, posto que foi enviado aquela propriedade para remover os seringueiros do local, tratando-os com extrema arrogância e truculência, como podemos perceber no relato do próprio Elias Antunes ao jornalista:

Em determinado local da referida estrada, próximo ao seringal Nova Empresa, foram surpreendidos ele, o vereador João José de Araújo e mais dois acompanhantes, por três indivíduos armados de revólveres, espingardas e facões, sendo que um deles, de nome Carlos Sergio, interceptou a passagem do veículo que nos conduzia, perguntando para onde íamos. Fizemos saber que nos destinávamos à residência do sr. Manoel Faustino que era um posseiro de lá. Mostrei minha carteirinha de identificação e ele respondeu que aquilo não significava nada para ele. Que por ali não passava vereador, nem deputado, nem polícia, eu digo apenas que meu pensamento está longe de ser invasor ou tumultuador. Não sei o que ele pensou, mas eu pergunto por que ele expulsa gente como Bernardo Reis, Aluísio de Brito, Joselito Paula? Vieram todos algemados para Rio Branco. Gente com cinco, seis, dez anos de seringal. (VARADOURO, 1977)

No relato, verificamos como a pessoa de Carlos Sérgio recebia aqueles que adentrassem nas terras que estavam sob sua tutela, por certas vezes autoritária. “Por Deus, me desculpe que não sei nem assinar meu nome, moço, mas conheço o direito. E, por Deus, isto aí está errado, tá errado, muito errado. Fala pra ele (Carlos Sérgio) não judiar mais da gente não” (VARADOURO, 1977), suplicava o seringueiro Raimundo Barbosa da Silva, que mora nas terras do seringal Nova Empresa. Quando foi perguntado sobre os rumores ao seu respeito, Carlos Sérgio nega veemente, afirmando ser somente o procurador do seringal, não está expulsando ninguém e toda essas falácias são oriundas de “tumultuadores”. Carlos Sérgio explica, em sua entrevista, que está fazendo a distribuição de pequenos lotes de 25 hectares para hortifrutigranjeiros, para que, aos poucos, os seringueiros possam se estabelecer em um local seu, com escritura e tudo.

O fato é que o clima no estado do Acre era extremamente tenso, posto que de um lado estavam os posseiros, seringueiros que dedicaram a sua vida ao trabalho de extração do látex e

⁴ Homens armados, contratados por grileiros, empresários ou empreiteiros para patrulhar suas terras e expulsar posseiros e indígenas.

que, com o arrendamento dos seringais, não conseguiam visualizar outra alternativa de viver se não fosse naquelas terras. De outro lado temos os paulistas, os novos proprietários das terras, os quais buscavam utilizá-las para a criação de gado, expropriando os antigos moradores de seus territórios, nomeando outras pessoas para cumprir tal papel. Estas questões ficam evidenciadas na fala do jornalista Antônio Marmo.

“Eu digo que, para falar franco, senti cheiro de pólvora no ar, sensação de ‘far-west’ conversando com as pessoas nas ruas, no avião, nos bares. O assunto é um só: terra, jagunçada, ‘paulista’, expulsões, polícia federal. Falei como uma pessoa que chega na região pela primeira vez.” (VARADOURO, 1977).

Imagem 04: CARTÃO POSTAL Vista aérea de Rio Branco na segunda metade da década de 1970, em foto de Américo de Mello



Fonte: Machado (2013)

3. O POSSEIRO REAGE

Devido às promessas não cumpridas por Carlos Sérgio, de fornecer outro lugar para os remanescentes nas terras do seringal Nova Empresa, um grupo de seringueiros, formado por Francisco Raimundo dos Santos (vulgo Bandinha), Manoel Lauro da Silva (vulgo Mané Garrincha), Raimundo Alves da Silva (vulgo Mudor), Alício Firmino de Oliveira (vulgo Quatipuru) e Cícero Lopes da Silva, sob a liderança de Antônio Caetano de Souza, arquitetaram uma tocaia na linha da estrada Bela Vista, com o propósito tentar tirar a vida do mesmo. Antônio Caetano, no seu testemunho anexado no processo n.º 1.330/77 (ACRE,1977), relata que dia 5 de julho de 1977, se reuniu com Aderaldo, Valdimiro, Cícero, “Manoel Garrincha”, “Bandinha”,

Alicio e “Mudor”, na casa de Aderaldo de modo a colocar em prática uma tocaia⁵ contra as pessoas de Carlos Sérgio e Osvaldo Gondim, no dia seguinte, se dirigiram para a colocação Olho D’água, para a primeira tentativa, ali ficaram eles aguardando as vítimas passarem pelo local, contudo, a ação foi frustrada, pois, as mesmas não apareceram no local. Alguns, como Mané Garricha, desistiram da tocaia.

No dia 7 de julho de 1977, o grupo de Antônio Caetano, faz uma segunda tentativa, agora bem-sucedida. Por volta das doze horas, vinham Carlos Sérgio, Osvaldo Gondim e o topógrafo Francesco Di Giorgio (conhecido como Franco), montados em seus cavalos, Antônio Caetano, com os seus comparsas, se encontravam escondidos no matagal. Ao avistar as vítimas, ele dispara, com a sua espingarda calibre 16, na altura dos peitos de Carlos Sérgio e em seguida “Bandinha” atira contra Osvaldo (ACRE, 1977). Caetano afirma ter escutado outros disparos, mas não sabe informar em quem foi deflagrados os mesmos, relata também, que ao sair do mato em direção ao varadouro⁶, avistou o chapéu de Osvaldo, decidiu deflagrar outros disparos no objeto, com o intuito de intimidar alguém que estivesse próximo de se aproximar do local. O acusado, Antônio Caetano de Souza, é cearense, tem 53 anos, pai de 18 filhos e posseiro no seringal Nova Empresa, ao qual dedicou 10 anos na atividade de extração da borracha, neste mesmo local já citado, que agora substituirá a colocação pela vida na Colônia Penal Evaristo de Moraes. No entanto, o que o levou a cometer tal crime? Pois na delegacia ao ser perguntado pela autoridade policial, se o mesmo se dava bem com Carlos Sérgio e Osvaldo Gondim, ele responde que sim; e ao ser perguntado se teve algum desentendimento com as vítimas, ele responde que não. Na sua entrevista ao jornal Varadouro, ele declara:

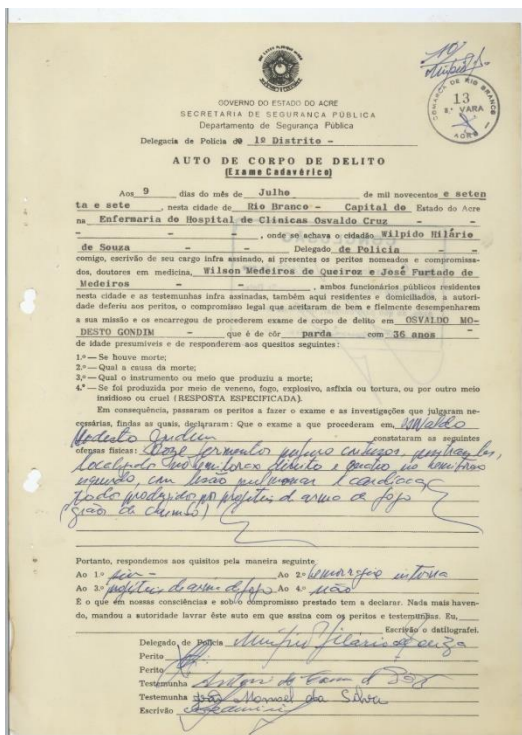
Os proprietários da terra queriam tirar a gente da terra, dizendo que íamos para outro lote, mas eles não garantiam esse lote e nem forneciam documentos nenhum. Queriam somente que a gente saísse. Várias vezes fui ameaçado por Carlos Sérgio e procurei as autoridades de Rio Branco, pedi garantia de vida ao diretor de polícia judiciária, fui ao governador, ao INCRA. Agente quase não trabalhava só procurando as autoridades para resolver o nosso problema”. (VARADOURO, 1977)

O delegado Wilpídio Hilário admitiu que Carlos Sérgio não tratava bem os posseiros e temia pela sua segurança, por causa de sua manifesta arrogância, narra um certo caso de um seringueiro a quem Carlos Sérgio havia ofendido moralmente, chamando-o de “cabra velho sem vergonha”, ao ponto de caminhar cerca de vinte quilômetros a pé, para se queixar a ele, Hilário, em Rio Branco (VARADOURO, 1977).

⁵ Emboscada, ação de alguém ocultar-se para atacar outrem.

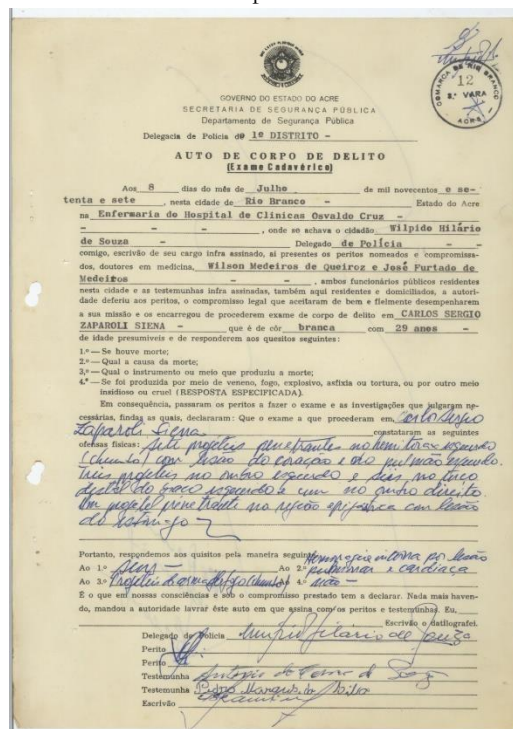
⁶ Caminho

Imagem 05: Exame Cadavérico de Osvaldo Modesto



Fonte: Acre (1997)

Imagem 06: Exame Cadavérico de Carlos Sérgio Zaparoli



Fonte: Acre (1997)

4. O PATRÃO QUER PAZ

Arquimedes Barbieri, paulista, dono da indústria de Inseticidas e Óleos Agreste Ltda e proprietário do seringal Nova Empresa, palco de uma tocaia que custou a vida de seu capataz Carlos Sérgio. Barbieri veio ao Acre com as suas melhores intenções, como disse ao jornal Varadouro em sua entrevista "Eu gosto do Acre, eu vim ao Acre como se viesse ao paraíso" (VARADOURO, 1977).

Arquimedes procurou manter a calma e apaziguar a situação, embora tenha ficado abalado com o ocorrido, procurou fazer as coisas da maneira certa. O período era caótico, pois Rio Branco estava em um verdadeiro caos. O patrão de Carlos Sérgio afirmava que o moço tinha um comportamento agressivo, era um menino revoltado, que conhecia bem o seu temperamento. Em seu depoimento “comovente”, é perceptível que sentiu muito pela morte de seu empregado e esperava a justiça divina, pois o mesmo se denominava um espiritualista, mas ele mesmo assume, às vezes, posições estranhas para um espiritualista. É, por exemplo, contra a generalização dos direitos humanos, para ele ladrão, vagabundo, malandro, cafajeste, “sujeito que não trabalha”, esses devem ser eliminados como pragas na agricultura: “Não matariamos, mas combateríamos biologicamente, tá entendendo?”, fala do próprio Arquimedes ao jornal Varadouro (1977). O paulista

contou também, ao mesmo jornal, que a mãe de Carlos havia pedido para ele cuidar de seu filho, e a mesma entendeu e não o culpava pelo ocorrido. Sobre a promessa de entregar lotes de terra para os posseiros, Arquimedes afirma, está sendo impedido de entregar algum documento, devido os impostos ao INCRA⁷, e segundo ele, não se pode fazer nada, nem um contrato particular, sem a anuência do órgão.

5. O QUE DIZEM AS AUTORIDADES DA ÉPOCA

O governador Geraldo Gurgel de Mesquita (1975 a 1979), explicita também a sua versão, afirmando ter chamado por várias vezes o capataz Calos Sergio, Osvaldo Gondim e os posseiros para dialogarem e tentarem resolver o problema de forma amistosa. Afirma também ter chamado Antônio Caetano para conversar, junto com o capataz assassinado pelo mesmo. A escrita acima serve para demonstrar que não era recente a contenda entre eles, persistia desde de 1975, o governador poderia ter controlado a situação caso não tivesse subestimado os posseiros, contudo, o pior já havia acontecido, o capataz e o seu ajudante estavam mortos.

A igreja, por meio da Prelazia do Acre e Purus⁸, presidida pelo bispo dom Moacyr Grechi⁹, enviou um documento ao Presidente da República, no qual continha o seguinte comentário: "esgotadas as esperanças de solução por vias legais, o desespero costuma conduzir a violência, como aconteceu no seringal Nova Empresa, onde dois capatazes foram mortos" (VARADOURO, 1977, p.12). Também faz uma crítica ao processo de penetração da agropecuária no Estado, na qual definiu como um "capitalismo selvagem": "numerosas famílias deixaram suas terras ou por não conhecerem seus direitos ou por não ter como defendê-los e hoje se encontram na Capital ou nas sedes dos municípios, que não tem condições de absorver toda essa mão-de-obra." (VARADOURO, 1977).

O bispo Moacyr, ao escrever o documento pede uma ação dos órgãos federais e estaduais, a afim de diminuir ou até mesmo extinguir os abusos. As famílias que decidem não sair de suas terras sofrem com ameaças, perseguições e pressões dos proprietários. Sugerindo assim uma reforma agrária, ao qual corrigiria a distribuição de terras e daria assistência aos trabalhadores rurais.

⁷ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é uma autarquia federal da Administração Pública brasileira. Foi criado pelo decreto nº 1 110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

⁸ Órgão ligada a Comissão Pastoral da Terra.

⁹ Presidente da Comissão Pastoral da Terra- órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Todas as pessoas ou instituições citadas no caso Nova Empresa deram suas explicações/justificativas, fizeram suas análises. O INCRA foi citado várias vezes como um dos órgãos os quais teria muito a ver com o problema, contudo, a instituição não se pronunciou. Em outras épocas, já houve definições claras, como a tese defendida pelo ex-coordenador Assis Canudo, que propunha uma legislação específica para solucionar os problemas de terra no Acre, considerando a complexidade da situação fundiária.

Outra definição a ser retificada pelo INCRA seria com relação à figura do seringueiro, embora os seus técnicos aleguem sendo de atribuição do Ministério do Trabalho. O ex-coordenador do Incra na região, (o mesmo Assis Canuto) tinha uma posição definida sobre o assunto. Para ele, o seringueiro era um autêntico posseiro porque, com a desativação dos seringais, passou a ser um trabalhador autônomo, e por conta e risco, permaneceram na terra durante 15 a 20 anos. E salientava que a causa dos conflitos seria justamente pelo fato de os empresários, alguns desavisados e outros mal-intencionados, não levarem em conta os direitos dos seringueiros sobre suas posses.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação conflituosa ao qual nos referimos abre o debate para a questão da posse das terras dos seringais desativados. A “colocação” representava para os seringueiros, mais do que a terra em si (no sentido de sua apropriação privada), um “modo de vida” específico dos trabalhadores amazônicos – identificado com o ambiente (ecológico e social) em que viviam. Por outro lado, os agentes da frente pioneira agropecuária buscam o controle da propriedade da terra, mas não estende este significado na luta dos trabalhadores locais. Certamente, aí está a razão dos conflitos se darem em diversas instâncias (fazendeiros e posseiros, trabalhadores migrantes e trabalhadores locais).

A identidade do posseiro, em princípio eficaz para estabelecer uma distinção nas partes da contenda, passa a ser questionada e até mesmo negada, posteriormente, pois a maioria eram pessoas que tinham dedicado vários anos de sua vida em devoção ao seringal, sendo exploradas pelos seringalistas, e com o fim dos mesmos, não viam outra forma de viver na mentalidade deles, os invasores não seriam eles, pois ali constituíram famílias, criaram seus filhos, já tinham se assimilado naquele ambiente e ao verem a necessidade de abandonar o pouco adquirido, sem garantia alguma, o desespero os dominavam, fazendo-os tomarem atitudes desesperadas. A maioria dos arrendadores dos seringais, nomeavam pessoas para remover esses seringueiros, de

suas terras recém adquiridas, e os mesmos agiam de forma bastante autoritária e agressiva, o que fomentavam ainda mais os diversos atritos entre os “posseiros” e os novos proprietários. Na década de 70, os seringueiros, como percebemos nos fatos narrados, começaram a se unir em resistência ao avanço pecuarista no estado, é nessa época que se intensificam ainda mais os conflitos entre paulistas e “posseiros”.

Oliveira Filho (2012) afirma que o primeiro embate aconteceu em março de 1976, sob a liderança de Wilson Pinheiro, pioneiro no processo de resistência no Seringal Carmen no município de Brasileia, denominado “mutirão contra a jagunçada”, no qual inicialmente dezoito famílias participaram, durando mais de dois meses, tendo chegado ao final com a participação de 95 famílias. Dessa data até dezembro de 1988, foram realizados 45 embates, sendo quinze deles vitoriosos. Dessa forma, os posseiros da área decidiram resistir às ameaças de expulsão das áreas que ocupavam tradicionalmente, portando as suas armas de caça e ferramentas de trabalho rural, com a utilização de métodos distintos de resistência, vislumbrando a manutenção de suas posses, para manter a sua cultura tradicional e a floresta em pé.

Imagem 07: Manifestação Conselho Nacional Dos Seringueiros entre as décadas de 70 e 80



Fonte: Machado (2013)

É certo que os embates geraram uma nova reação dos pecuaristas que, impedidos de realizar com êxito os seus intentos contra os posseiros e a derrubada das matas, ousaram se utilizar de outros meios mais violentos, tornando mais extremistas as ações contra os posseiros. Foi o que aconteceu com Wilson Pinheiro, presidente do STR de Brasília, seringueiro, casado, oito filhos, foi assassinado no dia 21 de julho de 1980, aos 47 anos, na sede do sindicato. Com

ameaças reais e a sua consumação, começando a atormentar as lideranças dos seringueiros e posseiros, aumentando ainda mais os conflitos violentos nos municípios acreanos.

Hoje, o seringueiro é quase uma figura em extinção no Acre. A falência da economia extrativista levou os povos da floresta a investir na agricultura de subsistência e na criação de animais, como o próprio gado; com isso, as gerações mais novas pouco sabem sobre a extração da borracha, além de terem perdido o conhecimento empírico, tanto da profissão, quanto da relação do homem com a natureza. As gerações mais recentes não têm o conhecimento de sobrevivência na selva, nem o de que ela pode nos oferecer de benéfico; aprendizado que era perpassado de pai para filho no seringal. O extrativismo sucumbiu ante a força da pecuária introduzida na região, sendo que os próprios seringueiros foram se adequando a atividade, se tornando peões nas fazendas. Dados mais recentes do IBGE apontam que o Acre tem três milhões de cabeças de gado, número quase quatro vezes superior à população do Estado, de 776 mil habitantes.

REFERÊNCIAS

A briga pela posse. **varadouro**, Rio Branco, ano I, n. 3, agosto 1977. p.9-12. ACRE (BRASIL). Poder Judiciário do Estado do Acre. Terceira Vara Criminal. Processo n. 1.330/77. Ação Penal (art.121, §2º, IV) Exequente: Justiça Pública. Executado: Antônio Caetano et al. Rio Branco, 27 de julho de 1977. [S.l.]: [s.n.].

BINKOWSKI, P. **Análise de conflitos e relações de poder em espaços rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

DOS seringais de ontem as fazendas de hoje. **Comissão Pastoral da Terra**, 2016. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-da-amazonia/3430dos-seringais-de-ontem-as-fazendas-de-hoje>>. Acesso em: junho de 2019.

DUARTE, É. G. **Conflitos pela terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapuri**. São Paulo: UNICAMP, 1986. (Dissertação de Mestrado).

MACHADO, A. Fotos Históricas do Acre. **Facebook**: altinomachado, Rio Branco, 24 março 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10154939423456385&set=a.10151526941906385&type=3&theater>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

MARTINS, E. Regatão: herói atípico da Amazônia. **Almanacre**, 2010. Disponível em: <<http://www.almanacre.com/2010/08/regatao-heroi-atipico-da-amazonia.html>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

MELO, I. Acre: Fotos Antigas (1ª parte) - Blog Alma Acreana. **Blog do Accioly**, 2017. Disponível em: <<http://acciolytk.blogspot.com/2017/06/acre-fotos-antigas-1-parte-blog-alma.html>>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

OLIVEIRA FILHO, M. A. B. D. A luta dos seringueiros e a criação das reservas extrativistas: os trabalhadores da borracha numa perspectiva histórica. **Revista Eletrônica do CEMOP**, 2012. Disponível em: <portalypade.mma.gov.br/seringueiros-biblioteca>. Acesso em: 20 junho 2019.

PAULA, E. A. D. A conquista da terra nas florestas do Acre. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **A formação de assentamentos rurais no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 1999.

SILVA, S. S. D. O Espaço Agrário Acreano nas Últimas Décadas do Século XX. **REVISTA NERA**, Presidente Prudente, v. 4, 2004.

Data de submissão: 12/11/2019
Data de aprovação: 24/09/2020